



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL)

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO (PRESENCIAL) nº 071/13

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 110/13

DATA DA REALIZAÇÃO: 18/06/12

HORÁRIO: 13h30min

LOCAL: Sala de Reuniões do Setor de Licitações e Contratos, sito a Av. Dr. Durval Nicolau, nº 125 – Jd. Priscila, São João da Boa Vista – SP.

O Município de São João da Boa Vista, torna público que se acha aberta, licitação na modalidade PREGÃO (presencial), do tipo MENOR PREÇO, que será regida pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 1.284, de 11 de julho de 2003, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada no local e horário estabelecidos no preâmbulo do edital e será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

I – DO OBJETO

1 – A presente licitação tem por objeto a **Contratação de Serviços de Transporte de Beneficiários do Programa Jovem Agricultor de Futuro**, conforme especificações constantes anexo I, que integra este Edital.

II – DA PARTICIPAÇÃO

1 – Poderão participar do certame todos os interessados – pessoas físicas ou jurídicas – do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições constantes deste Edital.

III – DO CREDENCIAMENTO

1 – Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) tratando-se de pessoa física, a cédula de identidade;
- b) tratando-se de representante legal de pessoa jurídica, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- c) tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "b", que comprove os poderes do mandante para a outorga.

2 – O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3 – Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada.

4 – Na hipótese da licitante não apresentar Representante, desse não se credenciar ou ausentar-se da sessão, a Licitante ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, ou mesmo de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

IV – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1 – A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no **Anexo II** deste Edital deverá ser apresentada **FORA** dos Envelopes nºs 1 e 2.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

2 – A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e lacrados, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N.º 1 - PROPOSTA
PREGÃO N.º 071/13
(NOME OU RAZÃO SOCIAL)
(TELEFONE E FAX)
(E-MAIL)

ENVELOPE N.º 2 - HABILITAÇÃO
PREGÃO N.º 071/13
(NOME OU RAZÃO SOCIAL)
(TELEFONE E FAX)
(E-MAIL)

3 – A proposta deverá ser elaborada com a identificação completa do proponente, de preferência em papel timbrado, e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas seqüencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

4 – Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio ou cópias obtidas na internet, sujeitas estas à diligenciamento para fins de comprovação de autenticidade.

V – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

1 – A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ (pessoa jurídica), CNPF (pessoa física) e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão;

c) preço diário por linha, com no máximo duas casas decimais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: combustíveis, manutenção corretiva e preventiva dos veículos, mão de obra (monitores, para as linhas que assim o exigirem), uniformes, crachás, identificação do veículo, tacógrafos, hodômetros, alimentação, licenciamento e seguro obrigatório do veículo, seguro com cobertura para “acidentes pessoais por passageiros”, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias à completa execução do contrato;

c-1) a cobertura de acidentes pessoais por passageiros será de no mínimo R\$ 7.000,00 (sete mil reais) por morte e R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) por invalidez permanente;

d) prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

2 – O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

VI – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

1 – O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

PESSOA JURÍDICA

1.1 – PROVA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Registro comercial, no caso de tratar-se de empresa individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.1.1 – Os documentos relacionados “a” a “d” deste subitem 1.1 não precisarão constar do Envelope “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão.

1.2 – REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

c) certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal e Estadual da sede da licitante, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou outra prova equivalente, na forma da lei;



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

- d) Prova de regularidade fiscal, com a Fazenda Federal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, compreendendo:
 - d-1) prova de regularidade quanto à de Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, na forma da Lei;
 - d-2) prova de regularidade de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 03/02/67;
- e) Prova de regularidade de situação - CRF, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, conforme Lei nº 8.036/90;
- f) Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social, através da Certidão Negativa de Débito - CND, de conformidade com a Lei nº 8.212/91 e Decisão nº 705/94/TCU;
- g) prova de regularidade trabalhista, através de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, dentro do seu prazo de validade.

1.3 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de Falência e/ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, expedida há no máximo 90 dias pelo distribuidor da sede da empresa licitante.

1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Declaração de que, no ato da assinatura do contrato, será apresentado o Certificado de Registro e Licenciamento do(s) veículo(s) a ser(em) utilizado(s) em nome do licitante, devendo a lotação do(s) veículo(s) ser(em) igual(is) ou superior(es) ao número de passageiros a ser transportado na(s) linha(s);
 - a.1) No caso de não estar(em) em nome da licitante deverá(ão) ser anexado(s) o(s) instrumento(s) jurídico(s) que comprove(m) sua livre disponibilidade sobre o(s) veículo(s);
- b) Cédula de identidade do(s) condutor(s);
- c) Declaração de que, no ato da assinatura do contrato, será apresentada a Carteira Nacional de Habilitação do(s) condutor(es), na categoria “D” ou “E”, com averbação da condição de transportador escolar;
 - c.1) Caso o(s) condutor(es) não possua(m) a averbação na Carteira Nacional de Habilitação, o(s) mesmo(s) deverá(ão) apresentar credencial expedida pela Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN;

1.5 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho, conforme modelo **Anexo III**;
- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo **Anexo IV**.
- c) Declaração de conhecimento dos itinerários conforme modelo **Anexo VII**.

PESSOA FÍSICA

1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cédula de Identidade (RG).

1.2 – REGULARIDADE FISCAL

- a) Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CNPF);
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo ao domicílio, pertinente ao seu ramo de atividade (Alvará);
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, podendo ser realizada mediante apresentação de:
 - c-1) prova de regularidade de Quitação de Tributos e Contribuições Federais;
 - c-2) prova de regularidade da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos do art. 62 do Decreto-Lei nº 147 de 03/02/67;
- d) prova de regularidade trabalhista, através de apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, dentro do seu prazo de validade.

1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Carteira Nacional de Habilitação do Proponente, na categoria compatível com o tipo de veículo a ser utilizado para a prestação dos serviços, objeto deste Edital (categorias “D” ou “E”), com averbação da condição de transportador escolar;
 - a.1) Caso o condutor não possua a averbação na Carteira Nacional de Habilitação, o mesmo deverá apresentar credencial expedida pela Divisão de Educação de Trânsito do DETRAN;



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

b) Declaração de que, no ato da assinatura do contrato, será apresentado o Certificado de Registro e Licenciamento do veículo a ser utilizado em nome do licitante, na categoria aluguel (placa vermelha), devendo a lotação do veículo ser igual ou superior ao número de passageiros a ser transportado na linha.

b-1) No caso do veículo não possuir placa vermelha, o licitante deverá apresentar declaração de acordo com o **ANEXO VI** se comprometendo, caso seja declarado vencedor, a providenciar sua regularização antes da assinatura do contrato, sob pena de exclusão do processo;

b-2) No caso do veículo não estar em nome do licitante, deverá ser anexado o instrumento jurídico que comprove sua livre disponibilidade sobre o veículo.

1.4 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração elaborada pelo licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme modelo **Anexo IV**;

b) Declaração do número de Cadastro Individual do INSS ou do PIS/PASEP em atendimento ao Decreto nº 2.813 de 20/10/1998, podendo ser utilizado o modelo constante do **Anexo X**;

c) Declaração de conhecimento dos itinerários conforme modelo **Anexo VII**.

2 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

2.1 - É facultada às licitantes – **pessoa jurídica** – a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de registro cadastral para participar de licitações junto à Administração Municipal, expedido pelo Setor de Licitações e Contratos, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 1.1, 1.2 alíneas “a” a “c”, e 1.3 deste item VI, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou se, apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

2.1.1 – O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 1.2, alínea “a” a “f”, 1.3 e 1.4 deste item VI, que deverão ser apresentados por todos os licitantes.

2.2 - É facultada às licitantes – **pessoa física** – a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, pelo comprovante de registro cadastral para participar de licitações junto à Administração Municipal, expedido pelo Setor de Licitações e Contratos, no ramo de atividade compatível com o objeto do certame, o qual deverá ser apresentado acompanhado dos documentos relacionados nos subitens 1.1, 1.2 alíneas “a” e “b” deste item VI, que não tenham sido apresentados para o cadastramento ou se, apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos na data de apresentação das propostas.

2.2.1 – O registro cadastral não substitui os documentos relacionados nos subitens 1.2, alínea “c”, 1.3 e 1.4 deste item VI, que deverão ser apresentados por todos os licitantes.

2.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

VII – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

2 – No ato do credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo II** ao Edital e, em envelopes separados, a proposta de preços e os documentos de habilitação.

2.1 – Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

3 – A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo **desclassificadas** as propostas:

a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

c) cujo proponente, em razão de contrato pré-existente ou de já lhe ter sido adjudicado uma ou mais linha(s) e esta(s) nova(s) linha(s), em razão da sobreposição de horários, não haja possibilidade de ser feita pelo mesmo condutor. Esta condição será verificada desde a 1ª linha.

3.1 – No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

3.2 – Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

3.3 – Considerando que a Lei 9.876 de 26 de novembro de 1999, impõe ao Tomador do Serviço de pessoa física (transportador autônomo) o pagamento de contribuição previdenciária equivalente a 20% (vinte por cento),



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

sobre uma base de cálculo também equivalente a 20% (vinte por cento) do valor pago para a pessoa física, o(a) pregoeiro(a) acrescentará ao valor das propostas apresentadas por pessoas físicas, somente para efeito de julgamento e classificação e com o fim específico de se obter a proposta mais vantajosa para o município, o percentual de 4% (quatro por cento), sobre o valor proposto. O percentual de 4% (quatro por cento) é o resultado na prática, da aplicação de 20% sobre 20%.

4 – As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

4.1 – para efeito de seleção será considerado o menor preço total da linha, observado o disposto no subitem 3.3 acima.

5 – O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma seqüencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

5.1 – A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

5.2 – Nesta etapa, seguir-se-ão os mesmos critérios do subitem 3.3 acima.

6 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por dia por linha.

7 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

8 – Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado, observado o critério do subitem 3.3.

9 – O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10 – Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.1 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, anexada aos autos.

11 – Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.

12 – Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

12.1 – A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

12.2 – A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

13 – Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no subitem 2.1 do item VI, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao Cadastro de Fornecedores da Administração Municipal.

14 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

15 – Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

16 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital.

17 – Quando todas as licitantes forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, o Município de São João da Boa Vista poderá, a seu critério, conceder às licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas da inabilitação ou desclassificação, conforme estabelece o §3º do art. 48 da Lei 8.666/93.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

VIII – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

1 – No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

2 – A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo ao Prefeito Municipal para a homologação.

3 – Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Protocolo e Arquivo, sito à Rua Carlos Kielander, 366 – Centro, das 13h00 às 16h00, de 2.ª a 6.ª feira.

3.1 – Não serão aceitos recursos encaminhados via fax, e-mail ou correspondência.

4 – Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

5 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

6 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

IX – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA LICITAÇÃO

1 – O objeto desta licitação deverá ser executado de acordo com o contrato (minutas **ANEXOS VIII e IX**).

X – DA FORMA DE PAGAMENTO

1 – Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Assistência Social, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez), mediante o encaminhamento na Nota Fiscal/Fatura ou recibo (RPA) dos serviços prestados no mês anterior.

2 – O recebimento definitivo será dado mensalmente, em até 02 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços de cada mês.

3 – No caso de **Pessoa Jurídica**, o pagamento somente deverá ser efetuado após comprovação, pela Contratada, do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS), do FGTS, bem como da quitação da folha de pagamento dos funcionários contratados para a execução do serviço. O recolhimento do INSS será efetuado nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/91 (alterado pela Lei 9.711/98).

4 – O pagamento será feito mediante crédito depósito bancário, através de conta em nome da Contratada na Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

XI – DA CONTRATAÇÃO

1 – A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de contrato, cujas respectivas minutas constituem os **ANEXOS VIII e IX** do presente ato convocatório.

1.1 – Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 – Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 03 (três) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o subitem 1.1 deste item XI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

1.3 – No ato da assinatura do contrato a Adjudicatária deverá apresentar Atestado Negativo de Prontuário Geral Único do condutor, expedido pelo CIRETRAN, com data não superior a 30 (trinta) dias, como condição necessária para assinatura do mesmo.

1.4 – No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar laudo expedido por concessionária autorizada da marca do veículo que será utilizado ou pelo INMETRO, atestando que o mesmo encontra-se em perfeitas condições de funcionamento e segurança.

2 – A adjudicatária deverá, no prazo de **10 (dez) dias corridos** contados da data da convocação, comparecer ao Setor de Licitações e Contratos, para assinar o termo de contrato.

3 – Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XI, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

licitantes classificadas para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

4 – O contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até **31/12/2013**, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes, desde que preenchido os requisitos legais e mediante termo aditivo.

4.1 - Ocorrendo a prorrogação, a CONTRATADA deverá, como condição para assinatura do Termo Aditivo, apresentar o laudo de que trata o subitem 1.4 deste item XI.

4.2 – No caso de prorrogação contratual, o preço contratado será corrigido com base no INPC, tomando-se por base o período de 12 meses, a contar da limite para apresentação da proposta.

4.3 – O reajuste apurado com base no item anterior, será aplicado para os serviços realizados a partir do dia 1º do 13º mês.

XII – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

1 – Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, no prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2.002.

2 – A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e registrada no CADASTRO DE FORNECEDORES.

3 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento de multa, na forma descrita abaixo, em razão da ocorrência de quaisquer hipóteses que violem as **especificações previstas no Anexo I** do presente Edital, devidamente verificadas e confirmadas pelo fiscal do contrato, com a ciência do representante da Contratada:

I. De 5 % (cinco por cento) para cada ocorrência do tipo “A”, calculado sobre o valor mensal estipulado em contrato;

II. De 1% (um por cento) para cada ocorrência dos tipos “B”, “C” e “D”, calculado sobre o valor mensal estipulado em contrato.

3.1 – As multas mencionadas no item anterior ficarão limitadas a 100% (cem por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

3.2 – A inexecução total do ajuste ou execução em desacordo com o presente Edital implica no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

3.3 – A recusa injustificada pelo vencedor em assinar o contrato, assim como a impossibilidade de assinatura do mesmo pela falta de apresentação ou apresentação em desacordo dos documentos constantes dos subitens 1.3 e 1.4 do item XI deste edital, para os efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

3.4 – A aplicação de multa, a ser determinada pelo Município, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da CONTRATADA, não exclui a possibilidade de aplicação de demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

3.5 – Pela falta do transporte diário, e/ou atraso, por aproximadamente 30 (trinta) minutos por mês, será aplicada multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

3.6 – Por viagens não completadas sem justa causa, abandono parcial das linhas, uso de veículos não padronizados, uso de um mesmo veículo para atendimento de duas linhas em horário simultâneo, será aplicada multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

3.7 – Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

3.7.1 – Em caso de aumento do n.º de alunos transportados em quantidade superior à capacidade máxima do veículo vinculado à prestação de serviços objeto do contrato, após a sua formalização, é facultado à contratada requerer a substituição do veículo por outro, desde que de ano de fabricação não inferior ao exigido neste processo licitatório e que o aumento esteja dentro do limite máximo permitido pela legislação para alteração de contrato, devendo o veículo estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, obedecer todas as exigências dispostas no edital, no contrato e na legislação pertinente, bem como que não haja qualquer custo adicional para o MUNICÍPIO. Neste caso, havendo a concordância expressa da contratante, será formalizada a alteração do veículo mediante a assinatura de termo aditivo.

3.8 – No caso de reincidência por até 2 (duas) vezes pelo mesmo tipo de ocorrência, o valor da multa estipulada nos incisos I e II do item 3 desta cláusula será aplicada em dobro e, na terceira vez, ensejará motivo para rescisão contratual, além da aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

3.9 – Na ocorrência do(s) fato(s) abaixo elencados, o Departamento de Assistência Social emitirá Advertência por escrito, solicitando providências do Contratado, no sentido de sanar o problema, sendo-lhe aplicadas as penalidades legais quando da reincidência do(s) mesmo(s):

a) Fumar no interior do veículo;



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

- b) Permitir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo;
- c) Motorista sem crachá de identificação em lugar visível aos usuários do veículo;
- d) Motorista estacionar o veículo fora dos locais determinados;
- e) Motorista colocar o veículo em movimento com a porta aberta;
- f) Permitir a entrada de pessoas estranhas ao transporte efetuado (carona);
- g) Executar transporte de passageiros não autorizados pelo Departamento de Assistência Social;
- h) Destratar passageiros ou manter comportamento inconveniente quando em serviço;
- i) Operar veículo em desacordo com as especificações definidas nos atos regulamentares emitidos pelo Departamento de Assistência Social;
- j) Não comunicar ao Departamento de Assistência Social qualquer tipo de ocorrência na execução dos serviços;
- k) Motorista dirigir o veículo de forma perigosa, comprometendo a segurança e conforto dos passageiros;
- l) Motorista estar em serviço alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica;
- m) Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança;
- o) Não atender a intimação do Departamento de Assistência Social para retirar de circulação veículo em condições consideradas inadequadas;
- p) Colocar em circulação veículo diferente do veículo contratado.

4 – No caso de eventuais irregularidades das condições de trabalho ou não cumprimento dos direitos trabalhistas para com os seus trabalhadores, incidirá a CONTRATADA em descumprimento total do contrato, passível da aplicação das penalidades contratuais.

5 – Caso a CONTRATANTE seja acionada judicialmente e tenha que pagar os direitos trabalhistas dos funcionários da CONTRATADA, esta terá que ressarcir os valores pagos por aquela, além de incidir em multa 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por desrespeito às cláusulas contratuais.

XIII – DA GARANTIA CONTRATUAL

1 – Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XIV – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1 – Dotação orçamentária 11.01-339039 do Departamento de Assistência Social.

XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

2 – Das sessões públicas de processamento do pregão serão lavradas atas circunstanciadas, que serão assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.

2.1 – As recusas ou as impossibilidades de assinatura devem ser registradas expressamente na própria ata.

3 – Todos os documentos de habilitação cujos envelopes foram abertos na sessão, bem como as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes que desejarem.

4 – O resultado do presente certame será divulgado no D.O.E. e no endereço eletrônico: www.saojoao.sp.gov.br.

5 – Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no Diário Oficial do Estado.

6 – Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes serão devolvidos ao final da sessão.

7 – Até 02 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

7.1 – A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 01 dia útil anterior a data fixada para recebimento das propostas.

7.2 – Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

8 – A apresentação de proposta implica no perfeito entendimento do objeto licitado e aceitação pelo proponente de todos os termos deste Edital.

9 – O licitante vencedor somente poderá emitir Nota Fiscal e/ou R.P.A., após a emissão da Nota de Empenho respectiva.

10 – A licitante é responsável, em qualquer fase da licitação, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

11 – À Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista fica reservado o direito de revogar a presente licitação, por justas razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, mediante parecer devidamente fundamentado.

12 – Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

13 – Integram o presente Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

I – Especificação dos serviços e preços máximos;

II – Declaração de atendimento aos requisitos habilitação constantes do Edital;

III – Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho;

IV – Declaração da inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública;

V – Modelo de Formulário Proposta;

VI – Modelo da Relação dos veículos que serão utilizados na prestação dos serviços;

VII – Modelo de Declaração “de que tomou conhecimento do itinerário”;

VIII – Minuta contratual (Pessoa Jurídica);

IX – Minuta contratual (Pessoa Física);

X – Declaração do nº de inscrição no cadastro individual do INSS ou PIS/PASEP (somente pessoas físicas).

14 – Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.

São João da Boa Vista, 4 de junho de 2013.

LUIZ CARLOS SARTORI

Diretor do Depto.de Administração

DOUGLAS DA SILVA VITIELLI

Chefe do Setor de Licitações e Contratos



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E PREÇOS MÁXIMOS

1. OBJETO: Prestação de serviços de TRANSPORTE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA JOVEM AGRICULTOR DO FUTURO.

2. DA LINHA E CAPACIDADE DO VEÍCULO: A descrição da linha, bem como a lotação mínima do veículo a ser utilizado, quantidade de alunos a ser transportados, quilometragem total diária, além dos horários e o valor máximo aceitável para a mesma, são os definidos a seguir:

SÍTIO PICADÃO
LINHA 01 - Às 12:20 hs partindo da EE Prof ^o . Francisco Paschoal (Rua Lourival Alves de Moraes, s/n- Jd. Progresso), segue até o Sítio Picadão, deixa os adolescentes na entrada do Sítio - (14 km) Às 17h00: Partindo do Sítio Picadão, deixa os adolescentes na EE Prof ^o . Francisco Paschoal (Rua Lourival Alves de Moraes, s/n- Jd. Progresso) - (14 km)
LINHA 02 - Às 12:20 hs partindo do da EE Monsenhor Antonio David (Rua Antonio Lucio dos Santos, 60- Santo Antonio), passando pela EE Isaura Teixeira de Vasconcellos (Rua Antonio Milan Sobrinho, 1461 – Jd. São Lucas), seguindo até o Sítio Picadão, deixa os adolescentes na entrada do Sítio (18 km) Às 17h00 partindo do Sítio Picadão deixando alunos na EE Isaura Teixeira de Vasconcellos (Rua Antonio Milan Sobrinho, 1461 – Jd. São Lucas), passando pelo Km 03 da Rodovia São João- Pinhal (em frente ao Ferro Velho), deixando um aluno, seguindo até a EE Monsenhor Antonio David (Rua Antonio Lucio dos Santos, 60- Santo Antonio) para deixar o restante dos alunos (20 km)
Horário LINHA 01: 12h20min as 13h15 e 17h00 as 18h00
Horário LINHA 02: 12h20min as 13h15 e 17h00 as 18h00
km/dia LINHA 01: 28 KM
km/dia LINHA 02: 38 KM
Número de alunos a transportar: LINHA 01: 15 ALUNOS
Número de alunos a transportar: LINHA 02: 21 ALUNOS
Capacidade Mínima do Veículo: LINHA 01 - 15 BENEFICIÁRIOS + MOTORISTA
Capacidade Mínima do Veículo: LINHA 02 - 21 BENEFICIÁRIOS + MOTORISTA
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL POR KM ROTЕIRO LINHA 01: R\$ 1,35
VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL POR KM ROTЕIRO LINHA 02: R\$ 2,34

3. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS / BÁSICAS EXIGIDAS PARA OS VEÍCULOS QUE PERCORRERÃO OS DIVERSOS ITINERÁRIOS DEFINIDOS NESTE EDITAL:

3.1 VEÍCULOS COM NO MÍNIMO O NÚMERO DE LUGARES DEFINIDO PARA CADA LINHA E SEU RESPECTIVO CONDUTOR:

- VEÍCULOS COM ANO DE FABRICAÇÃO A PARTIR DE 1999 PARA VANS E/OU MICRO-ÔNIBUS E 1998 PARA ÔNIBUS.
- VEÍCULOS DEVERÃO ESTAR CLASSIFICADOS NA CATEGORIA ALUGUEL (placa vermelha)
- O CONTRATADO DEVERÁ RESPEITAR RIGOROSAMENTE O HORÁRIO.
- ASPECTOS GERAIS

Os veículos serão do tipo UTILITÁRIO, construídos em uma só unidade, movidos por motor próprio, respeitando-se a capacidade dos veículos. **Deverão conter na carroceria, em toda extensão das partes laterais e traseira, uma faixa horizontal amarela de quarenta centímetros de largura onde serão inscritos, com letras pretas, o dístico "ESCOLAR". Sendo o veículo de carroceria de cor amarela, as cores serão invertidas;**

Os veículos deverão conter placa de identificação visível (móvel), na parte frontal (interna) lado direito, com a inscrição "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA".

- **VENTILAÇÃO**

Todos os veículos devem dispor de sistema de ventilação que assegure a renovação do ar. Os veículos poderão utilizar aparelhos de refrigeração de ar, cujo equipamento deverá seguir as especificações da ABNT e demais normas.

- **JANELAS.**



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

No caso da vidraça não ser fixa ou de possuir apenas uma janela a abertura do vão não poderá exceder 10 cm. Todas as janelas, inclusive pára-brisa e vidro traseiro devem ser guarnecidas com vidros de segurança, conforme norma da ABNT (NBR 9491), com transparência mínima de 70% (setenta por cento), exceto os pára-brisas que devem ter transparência de 75% (setenta e cinco por cento), de acordo com a Resolução N.º 483/74 do CONTRAN.

- **BANCO DE PASSAGEIRO**

A disposição e o número de bancos devem ser estabelecidos considerando as características do serviço, a localização das portas de serviço e a posição do motor. Os bancos de passageiros devem ser montados no sentido da marcha do veículo. Os bancos situados sobre as caixas de rodas e os bancos individuais junto às portas, obrigatoriamente, deverão dispor de apoio para braço. Os bancos podem ser acolchoados e sua estrutura deve ser livre de arestas e saliência. Deverão existir cintos de segurança para todos os passageiros, não devendo ser adaptados.

- **TACÓGRAFO/HODÔMETRO**

Todos os veículos devem possuir tacógrafo e hodômetro em perfeito estado de operação.

4 UNIFORME

4.1 O(s) condutor(es) dos veículos deverá(ão) trabalhar(em) devidamente uniformizado(s), ou seja, vestidos com calça ou saia azul marinho, camisa ou blusa azul claro e sapato preto. No caso de empresa, poderá ser mantido o uniforme usual da Empresa.

5. FISCALIZAÇÃO

5.1 Cabe à Contratante, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços, sem prejuízo da obrigação da contratada fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, podendo o fiscal do contrato rejeitar no todo ou em parte os serviços julgados insatisfatórios ou que não atendam ao especificado no contrato.

5.1.1 A licitante declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

5.1.2 A existência e a atuação da fiscalização da contratante em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à perfeita execução dos serviços e às suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

5.1.3 A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pela contratante em formulário próprio, com ciência da empresa contratada, realizada pelo fiscal do contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, as seguintes hipóteses:

I. Ocorrência do tipo "A": Serviços não realizados;

II. Ocorrência do tipo "B": Serviços realizados de modo incorreto ou de qualidade insatisfatória;

III. Ocorrência do tipo "C": Não-utilização de identificação pessoal e do veículo e/ou materiais de segurança durante a execução dos serviços;

IV. Ocorrência do tipo "D": Utilização inadequada dos materiais de segurança, identificações e veículo.

5.2 Para efeito de emissão de fatura, a contratante confirmará a realização dos serviços, no último dia útil do mês, em Boletim de Inspeção.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório **Pregão n.º 071/13**, da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que esta empresa ou pessoa física atende aos requisitos de habilitação constantes no edital.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

(Cidade), aos _____ de _____ 2013.

NOME DO PROPONENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Em papel timbrado da empresa licitante



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

Eu (nome completo), representante legal da empresa (nome da pessoa jurídica), interessada em participar no processo licitatório **Pregão n.º 071/13**, da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, declaro, sob as penas da lei, que nos termos do § 6.º do artigo 27 da Lei n.º 6.544, de 22 de novembro de 1.989, a (nome da pessoa jurídica), encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

(Cidade), aos ____ de _____ 2013.

NOME DO PROPONENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Em papel timbrado da empresa licitante



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL

Declaro a inexistência de impedimento legal desta empresa para licitar ou contratar com essa Administração, referente ao **Pregão n.º 071/13** da Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista. Declaro ainda, o não impedimento de contratar com a Administração Pública direta e indireta, inclusive nos termos do artigo 20, inciso I, alínea "a" e artigo 90, ambos da Lei Orgânica Municipal, bem como não fomos declarada inidônea pelo Poder Público, de qualquer esfera e não existe fato impeditivo à sua habilitação, e que caso lhe seja adjudicado algum item, segue abaixo a identificação da responsável para a assinatura do contrato.

NOME: _____

RG: _____ CNPF: _____

NACIONALIDADE: _____, ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

ENDEREÇO: R. _____ N.º _____

CIDADE: _____ CEP: _____

(Cidade), aos ____ de _____ 2013.

NOME DO PROPONENTE OU REPRESENTANTE LEGAL

Em papel timbrado da empresa licitante



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL OU NOME DO PROPONENTE: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

C.N.P.J/C.N.P.F: _____ FONE/FAX: _____

PREGÃO N.º 071/13

A	B	C	D	E	F	G
N.º LINHA	N.º ALUNOS	KM/DIA	PERÍODOS (M/T/N)	R\$ P/ KM	R\$/DIA (C x E)	Não preencher - uso do pregoeiro
01	15	28	M/T			
02	21	38	M/T			

Declaro (amos) que a presente proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

_____, de _____ de 2013

Assinatura do proponente



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO VI

RELAÇÃO DOS VEÍCULOS A SEREM UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Empresa/Nome: _____

Endereço completo: _____

Fone/Fax: _____

Ordem	N.º RENAVAL	Tipo	Marca/modelo	Placa	Ano de Fabricação	Lotação

Declaro(amos) que o(s) veículo(s) RENAVAL n.º(s) _____ acima, não está(ão) classificado(s) na categoria aluguel – placa vermelha – e assumo(mimos) o compromisso de sua regularização antes da assinatura do contrato, caso seja(m) adjudicada(s) alguma linha.

Declaro(amos) que estou(amos) ciente(s) de que se o(s) veículo(s) não for(em) regularizado(s) no prazo acima, estarei(mos) excluído(s) do processo licitatório.

ASSINATURA

Nome do Proponente ou Representante Legal



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS ITINERÁRIOS

O proponente _____, com domicílio (ou sede) na cidade de _____, estado _____, endereço _____ (através de seu representante legal (no caso de pessoa jurídica) _____), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do **Pregão n.º 071/13**, que tem conhecimento das condições locais e das peculiaridades dos serviços a serem executados.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

(Cidade), aos ____ de _____ 2013.

NOME DO PROPONENTE OU REPRESENTANTE LEGAL



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO VIII

(MINUTA PESSOA JURÍDICA)

MINUTA DE CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ RURAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA E A EMPRESA

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Edital de PREGÃO N.º 040/2013, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO de SÃO JOÃO DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Marechal Deodoro n.º 366, São João da Boa Vista, São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 46.429.379/0001-50, a seguir denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Sr. _____, brasileiro, casado, _____, residente e domiciliado nesta cidade, e, de outro lado, a empresa _____, pessoa de direito privado, com sede na rua n.º, CEP:-...., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º, neste ato representada por, inscrito no CNPJ sob o n.º, portador da cédula de identidade R. G. n.º, residente e domiciliado na Rua, N.º,, a seguir denominada CONTRATADA, que, ao final, este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO

Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de transporte de beneficiários do Programa Jovem Aprendiz Rural, nas especificações e na documentação levada a efeito pelo Processo Administrativo licitatório n.º 110/13, e na(s) linha(s) abaixo identificada, ficando estabelecido o valor de R\$. _____ (_____), por quilômetro rodado, perfazendo o total estimativo mensal de R\$. _____ e anual de R\$. _____ (_____):

§1.º A quilometragem especificada neste contrato constitui uma estimativa, podendo haver acréscimo ou diminuição nos limites previstos na Lei 8.666/93 e alterações.

§ 2.º. Nos preços constantes nesta cláusula já estão incluídas todas as despesas com combustíveis, manutenção corretiva e preventiva dos veículos, mão-de-obra (monitores, para as linhas que assim o exigirem), uniformes, crachás, planilhas de quilometragem, relatórios de bordo, identificação dos veículos e itinerários, pasta com listagens de passageiros, tacógrafos, hodômetros, alimentação, seguro dos veículos e passageiros, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- I - Edital de PREGÃO n.º 071/13 e seus anexos;
- II - Proposta da CONTRATADA, datada de ... de ... de 2011;
- III - Cópias autenticadas dos Certificados de Propriedade dos Veículos;
- IV - Cópias autenticadas do(s) Bilhete(s) de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT) n.º(s)
- V - Relação do(s) veículo(s) que será(ão) utilizado(s) para a execução do objeto deste contrato.

§ 1.º. Os documentos mencionados nesta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

§ 2.º. Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Assistência Social, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez), mediante o encaminhamento da Nota Fiscal/Fatura dos serviços prestados no mês anterior.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

§ 1.º. O pagamento somente deverá ser efetuado após comprovação, pela Contratada, do recolhimento da contribuição previdenciária (INSS), do FGTS, bem como da quitação da folha de pagamento dos funcionários contratados para a execução do serviço. O recolhimento do INSS será efetuado nos termos do artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/91 (alterado pela Lei 9.711/98).

§ 2.º. O pagamento dos serviços será efetuado mediante depósito bancário. Para tanto, o contratado deverá manter conta em um dos seguintes bancos: Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo da vigência contratual será contado da data de assinatura do contrato até o dia 31 de Dezembro de 2013, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes, desde que preenchidos os requisitos legais e mediante termo aditivo.

§ 1.º. Ocorrendo a prorrogação, a CONTRATADA deverá, como condição para assinatura do Termo Aditivo, apresentar o laudo de que trata o subitem 1.4 deste item XI.

§ 2.º. No caso de prorrogação contratual, o preço contratado será corrigido com base no INPC, tomando-se por base o período de 12 meses, a contar da limite para apresentação da proposta.

§ 3.º. O reajuste apurado com base no item anterior, será aplicado para os serviços realizados a partir do dia 1º do 13º mês.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O recebimento definitivo, aceitação e fiscalização do objeto deste contrato serão feitos por servidores designados pelo Departamento de Assistência Social. O recebimento definitivo será dado, mensalmente, em até 02 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços de cada mês.

§ 1.º. O Departamento de Assistência Social, através dos servidores designados, poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA corrigir as eventuais falhas imediatamente.

I - A fiscalização averiguará, entre outros, os seguintes aspectos na execução do Contrato:

- a) Se todos os funcionários contratados estão devidamente registrados, mediante a conferência, sempre que necessária, do livro de registro e Carteira Profissional;
- b) Se os funcionários registrados possuem bom histórico no cumprimento da legislação de trânsito, averiguando, mediante consulta *on line* no site do Detran, a pontuação relativa às infrações de trânsito cometidas;
- c) Se todos os motoristas possuem habilitação equivalente ao veículo que dirige, bem como se possui curso relativo à condução de escolares em instituições autorizadas pelo Contran (Denatran);

§ 2.º. ***A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização Municipal, possibilitando a verificação do estado geral de conservação do(s) veículo(s), fornecer semanalmente o disco do tacógrafo, fornecer mensalmente a lista com a frequência diária dos alunos que são transportados e, quando solicitado fornecer todos os dados e elementos relativos aos serviços.***

§ 3.º. Qualquer falha na execução dos serviços ou irregularidades constatadas no(s) veículo(s), que atentem contra a segurança e conforto dos usuários transportados, serão notificados à CONTRATADA para que proceda à sua regularização, sob pena de sofrer processo administrativo que possa resultar em declaração de inidoneidade por até 2 (dois) anos, sem prejuízos de outras penalidades, entre elas a rescisão do contrato, sem direito de pleitear indenização ou multa de qualquer natureza.

§ 4.º. No caso de os Fiscais de Contrato constatarem irregularidades durante as fiscalizações, será emitido um termo de notificação para o contratado tomar ciência do ocorrido; esse termo conterá todos os dados necessários que identifiquem a linha/itinerário, empresa, data, assunto, observações, nome do motorista, assinatura do responsável pela fiscalização, assinatura e data da ciência pelo responsável pela contratada.

§ 5.º. Cabe a Contratante, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços, sem prejuízo da obrigação da contratada fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, podendo o fiscal do contrato rejeitar no todo ou em parte os serviços julgados insatisfatórios ou que não atendam ao especificado no contrato.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

§ 6.º. A Contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela empresa contratante.

§ 7.º. A existência e a atuação da fiscalização do Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à perfeita execução dos serviços e às suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

§ 8.º. A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pela contratante em formulário próprio, com ciência da empresa contratada, realizada pelo fiscal do contrato, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, além das demais exigências constantes no presente contrato, as seguintes hipóteses:

I. Ocorrência do tipo "A": Serviços não realizados;

II. Ocorrência do tipo "B": Serviços realizados de modo incorreto ou de qualidade insatisfatória;

III. Ocorrência do tipo "C": Não-utilização de identificação pessoal e do veículo e/ou materiais de segurança durante a execução dos serviços;

IV. Ocorrência do tipo "D": Utilização inadequada dos materiais de segurança, identificações e veículo.

§ 9.º. Para efeito de emissão de fatura, a Contratante confirmará a realização dos serviços, no último dia útil do mês, em formulário próprio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

I - Efetuar o pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários resultantes da execução do contrato;

II - Apresentar, sempre que solicitado, durante a vigência do contrato, documentos que comprovem o fiel cumprimento à legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

III - Manter representante da empresa, no Município de São João da Boa Vista-SP, com plenos poderes para atender, encaminhar e/ou decidir todos os procedimentos e/ou determinações referentes ao presente Contrato;

IV - Efetuar manutenções preventivas e corretivas, sempre que necessário, mantendo em perfeitas condições os pára-choques; faróis (alto/baixo); sinaleiras; luz de freios; luz de relê; pisca-pisca; pisca-alerta; luz interna; pneus (que deverão estar sempre em condições de rodagem); estepe; painel; maçaneta (interna e externa); limpador (pára-brisa); espelhos/retrovisores; lataria; pintura; extintor de incêndio; buzina; freio de mão; assoalho; teto; escapamento; triângulo; macaco; chave de rodas; cintos de segurança; vidros; estofados; faixa amarela; lanternas; limitador de janelas; tacógrafo, hodômetro e saída de emergência;

V - Prestar os serviços objeto deste contrato, em conformidade com os requisitos de QUALIDADE, UTILIDADE E SEGURANÇA e às normas do Ministério do Trabalho, Código de Defesa do Consumidor, ABNT, Legislação de Trânsito, e demais pertinentes em vigência;

VI - Obedecer aos horários, locais e trajetos determinados pela CONTRATANTE;

VII - Tratar os alunos(as) e professores(as) com todo respeito e dedicação, sendo que, qualquer reclamação dos usuários do serviço a esse respeito, implicará em rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis, após procedimento administrativo que garanta a defesa do Contratado;

VIII - Responsabilizar-se pela conservação e manutenção preventiva e corretiva do(s) veículos que fará(ão) o transporte objeto deste contrato, devendo o mesmo (todos eles) estar(em) em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento;

IX - Fiscalizar o trabalho de seus motoristas, garantindo o fiel cumprimento da legislação de trânsito, e assegurando que apenas motoristas devidamente habilitados e uniformizados os conduzam;

X - Colocar à disposição da CONTRATANTE outro veículo, de ano de fabricação não inferior ao exigido no processo licitatório, em perfeito estado de funcionamento e conservação, na ocorrência de alguma eventualidade com o veículo contratado, sem que haja qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;

XI - Cobrir eventuais danos, furtos, roubos, incêndios, avarias em qualquer do(s) veículos e seus acessórios, inclusive de terceiros, por dolo ou culpa de seus motoristas, bem como por falha ou defeito mecânico;

XII - Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do PREGÃO n.º 071/13, durante a vigência deste contrato;

XIII - Apresentar as alterações sofridas no(s) veículo(s) utilizado(s) na execução dos serviços, tão logo ocorrerem;



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

- XIV - Comunicar qualquer substituição de motoristas, oficialmente, comprovando as condições exigidas para a execução do Contrato;
- XV - Manter os veículos sempre limpos e em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre no interior do(s) veículo(s) em local visível o respectivo cartaz “a serviço da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA”;
- XVI - Somente iniciar a execução dos serviços deste Contrato após receber a “Ordem de Serviço” emitida pelo Departamento de Assistência Social;
- XVII - Não transportar elementos estranhos ao objeto deste Contrato (carona);
- XVIII - Executar o objeto contratual de forma rigorosa, atendendo as ordens de serviço do Departamento de Assistência Social. Na ocorrência de casos fortuitos devidamente justificados e autorizados pelo Departamento de Assistência Social, a contratada fica isenta das multas estabelecidas pelo atraso dos serviços, desde que solicite por escrito em até 01 (um) dia útil posterior à ocorrência;
- XIX - Ter Autorização para Transporte de Escolares, prevista na Portaria n.º 1.153, de 26 de agosto de 2002 – DETRAN-SP, bem como submeter o veículo à inspeção semestral;
- XX - Em caso de aumento do n.º de alunos transportados em quantidade superior à capacidade máxima do veículo vinculado à prestação de serviços objeto deste contrato, é facultado à contratada requerer a substituição do veículo por outro, desde que de ano de fabricação não inferior ao exigido no processo licitatório e que o aumento esteja dentro do limite máximo permitido pela legislação para alteração de contrato, devendo o veículo estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, obedecer todas as exigências dispostas no edital, neste instrumento e na legislação pertinente, bem como que não haja qualquer custo adicional para a CONTRATADA. Neste caso, havendo a concordância expressa da contratante, será formalizada a alteração do veículo mediante a assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATANTE, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- II - Fiscalizar a execução do objeto deste contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário;
- III - Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato;
- IV - Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações de usuários;
- V - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no contrato;
- VI - Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;
- VII - Emitir as ordens de serviço;
- VIII - Autorizar, após requerimento da CONTRATADA e mediante assinatura de termo aditivo, em caso de aumento do n.º de alunos transportados em quantidade superior à capacidade máxima do veículo vinculado à prestação de serviços objeto deste contrato, a substituição do veículo por outro, desde que de ano de fabricação não inferior ao exigido no processo licitatório, que o aumento esteja dentro do limite máximo permitido pela legislação para alteração de contrato, devendo o veículo estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, obedecer todas as exigências dispostas no edital, neste instrumento e na legislação pertinente, bem como que não haja qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

§ 1.º. Para efeito de alterações, aumentos ou diminuições de percursos, o Departamento de Assistência, emitirá ordem de serviços, contendo:

- I - Datas das alterações dos percursos a serem acrescidos ou diminuídos;
- II - Alterações, aumentos ou diminuições, com o número da linha e itinerário com os respectivos locais e pontos do percurso;
- III - Os quilômetros a serem aumentados ou diminuídos;
- IV - Justificativa da alteração;
- V - Assinatura do funcionário responsável pela autorização dos serviços.

§ 2.º. As “Ordens de Serviço”, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício **cabendo ao Departamento de Assistência Social expedi-las.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

A Contratada ficará sujeita ao pagamento de multa, na forma descrita abaixo, em razão da ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no **Parágrafo Oitavo da Cláusula Quinta** do presente Contrato, devidamente verificadas e confirmadas pelo fiscal do contrato, com a ciência do representante da Contratada:

I. de 5% (cinco por cento) para cada ocorrência do tipo "A", calculado sobre o valor mensal estipulado em contrato;

II. de 1% (um por cento) para cada ocorrência dos tipos "B", "C" e "D", calculado sobre o valor mensal estipulado em contrato.

§ 1.º. As multas ficarão limitadas a 100% (cem por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

§ 2.º. A inexecução total do ajuste ou execução em desacordo com o presente contrato implicam no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato.

§ 3.º. A recusa injustificada do vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, bem como a não apresentação dos documentos exigidos no subitem 1.3 e 1.4 do item XI do edital, **para os efeitos de aplicação de multa**, equivale à inexecução total da sua obrigação.

§ 4.º. A aplicação de multa, a ser determinada pela **CONTRATANTE**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da CONTRATADA, não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

§ 5.º. Pela falta do transporte diário, e/ou atraso, por aproximadamente 30 (trinta) minutos por mês, será aplicada multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

§ 6.º. Por viagens não completadas sem justa causa, abandono parcial das linhas, uso de veículos não padronizados, uso de um veículo para atendimento de duas linhas em horário simultâneo, será aplicada multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

§ 7.º. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização da Contratante, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

§ 8.º. No caso de reincidência por até 2 (duas) vezes pelo mesmo tipo de ocorrência, o valor da multa estipulada nos incisos I e II do caput desta cláusula será aplicada em dobro e, na terceira vez, ensejará motivo para rescisão contratual, além da aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

§ 9.º. Na ocorrência do(s) fato(s) abaixo elencados o Departamento de Assistência Social emitirá Advertência por escrito, solicitando providências do Contratado, no sentido de sanar o problema, sendo-lhe aplicadas as penalidades legais quando da reincidência do(s) mesmo(s):

I - Fumar no interior do veículo;

II - Permitir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo;

III - Motorista sem uniforme e/ou sem crachá de identificação em lugar visível aos usuários do veículo;

IV - Motorista estacionar o veículo fora dos locais determinados, bem como permitir o embarque e desembarque de alunos fora dos locais pré-determinados;

V - Motorista colocar o veículo em movimento com a porta aberta;

VI - Permitir a entrada de pessoas estranhas ao transporte efetuado (carona);

VII - Executar transporte gratuito de passageiros não autorizados pelo Departamento de Assistência Social.

VIII - Destratar passageiros ou manter comportamento inconveniente quando em serviço;

IX - Operar veículo em desacordo com as especificações definidas nos atos regulamentares emitidos pelo Departamento de Assistência Social;

X - Não comunicar ao Departamento de Assistência Social qualquer tipo de ocorrência na execução dos serviços;

XI - Não dar atendimento adequado, bem como auxílio aos alunos possuidores de necessidades especiais;

XII - Motorista dirigir o veículo de forma perigosa, comprometendo a segurança e conforto dos passageiros;

XIII - Motorista estar em serviço alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica;

XIV - Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança;

XV - Não atender a intimação do Departamento de Assistência Social para retirar de circulação veículo em condições consideradas inadequadas.

XVI - Colocar em circulação veículo diferente do veículo contratado.

§ 10.º. No caso de eventuais irregularidades das condições de trabalho ou não cumprimento dos direitos trabalhistas para com os seus trabalhadores, incidirá a CONTRATADA em descumprimento total do contrato, passível da aplicação das penalidades contratuais.

§ 11.º. Caso a CONTRATANTE seja acionada judicialmente e tenha que pagar os direitos trabalhistas dos funcionários da CONTRATADA, esta terá que ressarcir os valores pagos por aquela, além de incidir em multa 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, por desrespeito às cláusulas contratuais.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

I - Quando a CONTRATADA falir, dissolver a sociedade ou modificar a sua finalidade de modo que, a juízo do MUNICÍPIO, prejudique a execução do contrato;

II - Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte o contrato, qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

III - Quando a CONTRATADA não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das demais obrigações contratuais.

IV - Caso a qualidade dos serviços não corresponda ao que foi ajustado, o contrato será rescindido, sem ônus para a CONTRATANTE, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa e o contraditório.

§ 1.º. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta cláusula, implicará na apuração de perdas e danos, e sujeitará a CONTRATADA a retenção dos créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e na legislação aplicável.

§ 2.º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse da CONTRATANTE, poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços prestados até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º: 11.01-339039 – Depto. de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aos casos omissos aplicam-se à Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Contrato, perante o Foro da Comarca de São João da Boa Vista, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, aos _____ de _____ de 2013.

PREFEITO DO MUNICÍPIO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____

2) _____



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO IX

(MINUTA PESSOA FÍSICA)

CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ RURAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA E _____.

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Edital de PREGÃO n.º 071/13, de um lado, como CONTRATANTE, o MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Marechal Deodoro, 366, centro, São João da Boa Vista, São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 46.429.379/0001-50, a seguir denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Nelson Mancini Nicolau, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.554.711-X SSP/SP, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Capitão José Alexandre, nº 104 – Centro, e por sua diretora que abaixo subscreve, e, de outro lado, pessoa física, _____, brasileiro, casado, inscrito no CNPF sob o n.º _____, portador da cédula de identidade R.G. n.º _____, residente e domiciliado nesta cidade, à _____, n.º. _____ – _____ a seguir denominado CONTRATADO, que, ao final, este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente contrato, regido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, nas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E PREÇO

Constitui objeto deste instrumento a prestação de serviços de transporte de beneficiários do Programa Jovem Aprendiz Rural, nas especificações e na documentação levada a efeito pelo Processo Administrativo licitatório n.º 110/13, e na(s) linha(s) abaixo identificada, ficando estabelecido o **valor de R\$. ____ (____), por quilômetro rodado, para a linha n.º __ - _____, perfazendo o total estimativo mensal de R\$ _____ (_____) e anual de R\$. ____ (____).**

LINHA N.º ____

DESCRIÇÃO (Trajeto):

VEÍCULO:

Marca:

Tipo:

Ano de Fabricação:

Cor:

Lotação

Placa:

Certificado de Propriedade n.º

Renavam:

Nome do Conductor:

Endereço:

RG n.º

CNH:

§ 1.º O veículo acima somente poderá ser substituído por outro, desde que atenda às condições acima descritas, substituição esta condicionada à prévia anuência da CONTRATANTE.

§ 2.º O Conductor somente poderá ser substituído, mediante comprovação (atestados) e com prévia anuência da CONTRATANTE.

§ 3.º A quilometragem especificada neste contrato constitui uma estimativa, podendo haver acréscimo ou diminuição nos limites previstos na Lei 8.666/93 e alterações.

§ 4.º Nos preços constantes nesta cláusula já estão inclusas todas as despesas com combustíveis, manutenção corretiva e preventiva dos veículos, mão-de-obra, uniformes, crachás, planilhas de quilometragem, relatórios de bordo, identificação dos veículos e itinerários, pasta com listagens de passageiros, tacógrafos, hodômetros, alimentação, seguro dos veículos e passageiros, tributos e encargos sociais de quaisquer espécies e demais despesas necessárias à completa execução do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ANEXOS CONTRATUAIS



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- I. Edital de PREGÃO n.º 071/13 e seus anexos;
- II. Proposta da CONTRATADA, datada de ___ de ___ de 2011;
- III. Cópias autenticadas do Certificado de Propriedade do Veículo;
- IV. Cópias autenticadas do Bilhete de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT) n.º _____
- V. Declaração de vistoria do veículo e adequação do mesmo ao instrumento convocatório, assinada pelo fiscal do contrato;

§ 1.º. Os documentos mencionados nesta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

§ 2.º. Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Constatando-se o recebimento definitivo pelo Departamento de Assistência Social, a CONTRATANTE efetuará o pagamento à CONTRATADA, mensalmente, até o dia 10 (dez), mediante o encaminhamento do Recibo de Pagamento a Autônomos – RPA dos serviços prestados no mês anterior.

Parágrafo Único: O pagamento dos serviços será efetuado mediante depósito bancário. Para tanto, o contratado deverá manter conta em um dos seguintes bancos: Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

O prazo da vigência contratual será contado da data de assinatura do contrato até o dia 31 de Dezembro de 2013, podendo ser prorrogado ou renovado mediante acordo entre as partes, desde que preenchidos os requisitos legais e mediante termo aditivo.

§ 1.º. Ocorrendo a prorrogação, a CONTRATADA deverá, como condição para assinatura do Termo Aditivo, apresentar o laudo de que trata o subitem 1.4 deste item XI.

§ 2.º. No caso de prorrogação contratual, o preço contratado será corrigido com base no INPC, tomando-se por base o período de 12 meses, a contar da limite para apresentação da proposta.

§ 3.º. O reajuste apurado com base no item anterior, será aplicado para os serviços realizados a partir do dia 1º do 13º mês.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O recebimento definitivo, aceitação e fiscalização do objeto deste contrato serão feitos por servidores designados pelo Departamento de Assistência Social. O recebimento definitivo será dado, mensalmente, em até 02 (dois) dias úteis após a conclusão dos serviços de cada mês.

§ 1.º. O Departamento de Assistência Social, através dos fiscais designados, poderá, em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA corrigir as eventuais falhas imediatamente.

I - A fiscalização averiguará, entre outros, os seguintes aspectos na execução do Contrato:

- a) Se o motorista possui bom histórico no cumprimento da legislação de trânsito, averiguando, mediante consulta *on line* no site do Detran, a pontuação relativa às infrações de trânsito cometidas;
- b) Se é a própria pessoa física Contratada quem executa os serviços, objeto licitado.

§ 2.º. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização Municipal, possibilitando a verificação do estado geral de conservação do(s) veículo(s), fornecer semanalmente o disco do tacógrafo, fornecer mensalmente a lista com a frequência diária dos alunos que são transportados e, quando solicitado fornecer todos os dados e elementos relativos aos serviços.

§ 3.º. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização Municipal, possibilitando a verificação do estado geral de conservação do(s) veículo(s) e a fornecer, quando solicitado, todos os dados e elementos relativos aos serviços.

§ 4.º. Qualquer falha na execução dos serviços ou irregularidades constatadas no(s) veículo(s), que atentem contra a segurança e conforto dos usuários transportados, será notificada à CONTRATADA para que proceda à sua regularização, sob pena de sofrer processo administrativo que possa resultar em declaração de inidoneidade por até 2 (dois) anos, sem prejuízos de outras penalidades, entre elas a rescisão do contrato, sem direito de pleitear indenização ou multa de qualquer natureza.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

§ 5.º. No caso de os Fiscais constatarem irregularidades durante as fiscalizações, será emitido um termo de notificação para o Contratado tomar ciência do ocorrido; esse termo conterá todos os dados necessários que identifiquem a linha/itinerário, contratado, data, assunto, observações, nome do motorista, assinatura do responsável pela fiscalização, assinatura e data da ciência pelo responsável pelo contrato.

§ 6.º. Cabe a Contratante, a seu critério, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização dos serviços, sem prejuízo da obrigação do Contratado fiscalizar seus empregados, prepostos e/ou subordinados, podendo o fiscal do contrato rejeitar no todo ou em parte os serviços julgados insatisfatórios ou que não atendam ao especificado no contrato.

§ 7.º. A Contratada declara aceitar integralmente todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela empresa contratante.

§ 8.º. A existência e a atuação da fiscalização do Município em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada no que concerne à perfeita execução dos serviços e às suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

§ 9.º. A verificação e a confirmação da efetiva realização dos serviços contratados serão feitas mediante registro pela Contratante em formulário próprio, com ciência do Contratado, realizada pelo fiscal, que identificará, quando for o caso, para efeito de glosa de faturas, além das demais exigências constantes no presente contrato, as seguintes hipóteses:

- I. Ocorrência do tipo "A": Serviços não realizados;
- II. Ocorrência do tipo "B": Serviços realizados de modo incorreto ou de qualidade insatisfatória;
- III. Ocorrência do tipo "C": Não-utilização de identificação pessoal e do veículo e/ou materiais de segurança durante a execução dos serviços;
- IV. Ocorrência do tipo "D": Utilização inadequada dos materiais de segurança, identificações e veículo.

§ 10.º O Contratado deverá conduzir o veículo, somente sendo permitida sua substituição em caso de enfermidade, devidamente comprovada mediante Laudo médico.

§ 11.º. Para efeito de emissão de fatura, a Contratante confirmará a realização dos serviços, no último dia útil do mês, em formulário próprio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATADA, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Efetuar manutenções preventivas e corretivas, sempre que necessário, mantendo em perfeitas condições os pára-choques; faróis (alto/baixo); sinaleiras; luz de freios; luz de relê; pisca-pisca; pisca-alerta; luz interna; pneus (que deverão estar sempre em condições de rodagem); estepe; painel; maçaneta (interna e externa); limpador (pára-brisa); espelhos/retrovisores; lataria; pintura; extintor de incêndio; buzina; freio de mão; assoalho; teto; escapamento; triângulo; macaco; chave de rodas; cintos de segurança; números; vidros; estofados; faixa amarela; lanternas; limitador de janelas; tacógrafo, hodômetro e saída de emergência;
- II - Prestar os serviços objeto deste contrato, em conformidade com os requisitos de QUALIDADE, UTILIDADE E SEGURANÇA e às normas do Ministério do Trabalho, Código de Defesa do Consumidor, ABNT, Legislação de Trânsito, e demais pertinentes em vigência;
- III - Obedecer aos horários, locais e trajetos determinados pela CONTRATANTE;
- IV - Tratar os alunos com todo respeito e dedicação, sendo que, qualquer reclamação dos usuários do serviço a esse respeito, implicará em rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis, após procedimento administrativo que garanta a defesa do Contratado;
- V - Responsabilizar-se, pela conservação e manutenção preventiva e corretiva do veículo que fará o transporte objeto deste contrato, devendo o mesmo estar em perfeitas condições de uso, conservação e funcionamento;
- VI - Colocar à disposição da CONTRATANTE outro veículo, de ano de fabricação não inferior ao exigido no processo licitatório, em perfeito estado de funcionamento e conservação, na ocorrência de alguma eventualidade com o veículo contratado, sem que haja qualquer custo adicional para a CONTRATANTE;



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

- VII - Cobrir eventuais danos, furtos, roubos, incêndios, avarias em qualquer do(s) veículos e seus acessórios, inclusive de terceiros, por dolo ou culpa da Contratada, bem como por falha ou defeito mecânico;
- VIII - Manter, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de PREGÃO n.º 071/13, durante a vigência deste contrato;
- IX - Manter o veículo sempre limpo e em perfeito estado de conservação e funcionamento, conservando sempre no interior do(s) veículo(s) em local visível o respectivo cartaz "A SERVIÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA";
- X - Somente iniciar a execução dos serviços deste Contrato após receber a "Ordem de Serviço" emitida pelo DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL;
- XI - Não transportar elementos estranhos ao objeto deste Contrato;
- XII - Executar o objeto contratual de forma rigorosa, atendendo as ordens de serviço do Departamento de Assistência Social. Na ocorrência de casos fortuitos devidamente justificados e autorizados pelo Departamento de Assistência Social, a contratada fica isenta das multas estabelecidas pelo atraso dos serviços, desde que solicite por escrito em até 01 (um) dia útil posterior à ocorrência;
- XIII - Ter Autorização para Transporte de Escolares, prevista na Portaria n.º 1.153, de 26 de agosto de 2002 – DETRAN-SP, bem como submeter o veículo à inspeção semestral;
- XIV - Em caso de aumento do n.º de alunos transportados em quantidade superior à capacidade máxima do veículo vinculado à prestação de serviços objeto deste contrato, é facultado à contratada requerer a substituição do veículo por outro, desde que o ano de fabricação não seja inferior ao exigido no processo licitatório e que o aumento esteja dentro do limite máximo permitido pela legislação para alteração de contrato, devendo o veículo estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, obedecer todas as exigências dispostas no edital, neste instrumento e na legislação pertinente, bem como que não haja qualquer custo adicional para a CONTRATANTE. Neste caso, havendo a concordância expressa da contratante, será formalizada a alteração do veículo mediante a assinatura de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das naturalmente decorrentes deste instrumento, são obrigações da CONTRATANTE, durante todo o prazo de vigência contratual:

- I - Notificar à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- II - Fiscalizar a execução do objeto deste contrato podendo, em decorrência, solicitar fundamentadamente, à CONTRATADA, providências cabíveis para correção ou adequação de procedimentos, as quais a mesma atenderá no prazo mínimo necessário;
- III - Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato;
- IV - Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações de usuários;
- V - Efetuar o pagamento de acordo com o previsto no contrato;
- VI - Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;
- VII - Emitir as ordens de serviço;
- VIII - Autorizar, após requerimento da CONTRATADA e mediante assinatura de termo aditivo, em caso de aumento do n.º de alunos transportados em quantidade superior à capacidade máxima do veículo vinculado à prestação de serviços objeto deste contrato, a substituição do veículo por outro, desde que de ano de fabricação não inferior ao exigido no processo licitatório, que o aumento esteja dentro do limite máximo permitido pela legislação para alteração de contrato, devendo o veículo estar em perfeito estado de funcionamento e conservação, obedecer todas as exigências dispostas no edital, neste instrumento e na legislação pertinente, bem como que não haja qualquer custo adicional para a CONTRATANTE.

§ 1.º. Para efeito de alterações, aumentos ou diminuições de percursos, a Departamento de Assistência Social, emitirá ordem de serviços, contendo:

- I - Datas das alterações dos percursos a serem acrescidos ou diminuídos;
- II - Alterações aumentos ou diminuições, com o número da linha e itinerário com os respectivos locais e pontos do percurso;
- III - Os quilômetros a serem aumentados ou diminuídos;
- IV - Justificativa da alteração;
- V - Assinatura do funcionário responsável pela autorização dos serviços.

§ 2.º. As "Ordens de Serviço", exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício cabendo ao Departamento de Assistência Social expedir-las.



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

CLÁUSULA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

A Contratada ficará sujeita ao pagamento de multa, na forma descrita abaixo, em razão da ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no **Parágrafo nono da cláusula quinta** do presente Contrato, devidamente verificadas e confirmadas pelo fiscal do contrato, com a ciência do representante da Contratada:

I. De 5% (cinco por cento) para cada ocorrência do tipo “A”, calculado sobre o valor mensal estipulado em contrato;

II. De 1% (um por cento) para cada ocorrência dos tipos “B”, “C” e “D”, calculado sobre o valor mensal estipulado em contrato.

§ 1.º. As multas ficarão limitadas a 100% (cem por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

§ 2.º. A inexecução total do ajuste ou execução em desacordo com o presente contrato implicam no pagamento de multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor mensal estipulado em contrato.

§ 3.º. A recusa injustificada do vencedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, bem como a não apresentação dos documentos exigidos no subitem 1.3 e 1.4 do item XI do edital, **para os efeitos de aplicação de multa**, equivale à inexecução total da sua obrigação.

§ 4.º. A aplicação de multa, a ser determinada pela **CONTRATANTE**, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da CONTRATADA, não exclui a possibilidade de aplicação de outras sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93 e alterações.

§ 5.º. Pela falta do transporte diário, e/ou atraso, por aproximadamente 30 (trinta) minutos por mês, será aplicada multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

§ 6.º. Por viagens não completadas sem justa causa, abandono parcial das linhas, uso de veículo não padronizado, uso de um veículo para atendimento de duas linhas em horário simultâneo, será aplicada multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor mensal estipulado em contrato.

§ 7.º. Qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais cabíveis.

§ 8.º. No caso de reincidência por até 2 (duas) vezes pelo mesmo tipo de ocorrência, o valor da multa estipulada nos incisos I e II do caput desta cláusula será aplicada em dobro e, na terceira vez, ensejará motivo para rescisão contratual, além da aplicação de multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.

§ 9.º. Na ocorrência do(s) fato(s) abaixo elencados o Departamento de Assistência Social emitirá Advertência por escrito, solicitando providências do Contratado, no sentido de sanar o problema, sendo-lhe aplicadas as penalidades legais quando da reincidência do(s) mesmo(s):

- I - Fumar no interior do veículo;
- II - Permitir a atividade de vendedores ambulantes no interior do veículo;
- III - Motorista sem uniforme e/ou sem crachá de identificação em lugar visível aos usuários do veículo;
- IV - Motorista estacionar o veículo fora dos locais determinados, bem como permitir o embarque e desembarque de alunos fora dos locais pré-determinados;
- V - Motorista colocar o veículo em movimento com a porta aberta;
- VI - Permitir a entrada de pessoas estranhas ao transporte efetuado (carona);
- VII - Executar transporte gratuito de passageiros não autorizados pelo Departamento de Assistência Social.
- VIII - Destratar passageiros ou manter comportamento inconveniente quando em serviço;
- IX - Operar veículo em desacordo com as especificações definidas nos atos regulamentares emitidos pelo Departamento de Assistência Social;
- X - Não comunicar ao Departamento de Assistência Social qualquer tipo de ocorrência na execução dos serviços;
- XI - Não dar atendimento adequado, bem como auxílio aos alunos possuidores de necessidades especiais;
- XII - Motorista dirigir o veículo de forma perigosa, comprometendo a segurança e conforto dos passageiros;
- XIII - Motorista estar em serviço alcoolizado ou sob efeito de substância tóxica;
- XIV - Colocar em operação veículo que não apresente condições de segurança;
- XV - Não atender a intimação do Departamento de Assistência Social para retirar de circulação veículo em condições consideradas inadequadas;
- XVI - Colocar em circulação veículo diferente do veículo contratado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A **CONTRATANTE** se reserva o direito de rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que à **CONTRATADA** caiba o direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

I - Quando a CONTRATADA transferir, no todo ou em parte o contrato, qualquer cessão, subcontratação ou transferência feita sem autorização do Município, será nula de pleno direito e sem qualquer efeito, além de constituir infração passível das combinações legais e contratuais cabíveis.

II - Quando a CONTRATADA não cumprir ou cumprir irregularmente quaisquer das demais obrigações contratuais.

III - Caso a qualidade dos serviços não corresponda ao que foi ajustado, o contrato será rescindido, sem ônus para a Contratante, mediante procedimento administrativo, assegurada ampla defesa e o contraditório.

§ 1.º. A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens relacionados nesta cláusula, implicará na apuração de perdas e danos, e sujeitará a CONTRATADA a retenção dos créditos decorrentes deste contrato até o limite dos prejuízos causados a Contratante, sem embargos da aplicação das demais penalidades previstas neste instrumento e legislação aplicável.

§ 2.º. Ocorrendo motivo que justifique e aconselhe, atendido em especial interesse da Contratante, poderá o presente contrato ser rescindido por mútuo acordo, recebendo a CONTRATADA, o valor dos serviços prestados até a data da rescisão, excluída sempre qualquer indenização por parte da Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária n.º: 11.01-339039 – Depto. de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Aos casos omissos aplicam-se à Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais legislação aplicável à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste Termo, perante o Foro da Comarca de SÃO JOÃO DA BOA VISTA, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

E, por estarem justos e acertados, assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas.

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, aos ... de de 2013.

PREFEITO DO MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1) _____ 2) _____



Prefeitura Municipal São João da Boa Vista

Departamento de Administração - Setor de Compras, Licitações e Contratos

ANEXO X

MODELO

DECLARAÇÃO (somente para pessoa física)

DECLARO, sob as penas da lei e para os devidos fins, o número de minha inscrição no Cadastro Individual do INSS ou do PIS/PASEP em atendimento ao Decreto n.º 2813 de 20 de outubro de 1998.

INSCRIÇÃO NO INSS N.º _____ ou

PIS/PASEP N.º _____

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

(Cidade), aos ____ de _____ 2013.

NOME DO PROPONENTE